

35º Encontro Anual da Anpocs

Número e Título do GT:

GT36 - Trabalho, ação coletiva e identidades sociais

Título do trabalho:

**A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES AMBULANTES NA REGIÃO
CENTRAL DA CIDADE DE GOIÂNIA-GO (1970-2007):
RUPTURAS E PERMANÊNCIAS**

Nome do autor:

Edmar Aparecido de Barra e Lopes¹

¹ Edmar Aparecido de Barra e Lopes, é Mestre em História Social pela PUC-SP, Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP e atualmente desenvolve pesquisa de Pós-doutorado (vinculada ao Departamento de Ciências Políticas da UNICAMP). Sob supervisão da Profa Dra Ângela Maria Carneiro Araújo.

Introdução

A consulta às fontes escritas e orais tais como os arquivos de associações e sindicatos dos ambulantes, dos três jornais de maior circulação da cidade de Goiânia (*O Popular*, *Diário da Manhã* e *Opção*), além de depoimentos biográficos colhidos não só com os ambulantes clandestinos e regularizados, mas também com outros sujeitos que fazem parte desse ambiente (fiscais da prefeitura, policiais militares, clientes, lojistas e transeuntes das calçadas tomadas pelas bancas), é muito reveladora das mudanças ocorridas no cotidiano de trabalho dos ambulantes da região central da cidade entre 1970 e 2007. Tais transformações estão relacionadas, particularmente, à origem desses trabalhadores, à dinâmica e articulação desse tipo de comércio do ponto de vista econômico, às suas características e, por fim, à sua organização no centro da cidade.

Trata-se de identificar as rupturas e continuidades observadas na leitura dessa base documental, bem como as regularidades que traduzem as formas ou práticas de resistências desenvolvidas por esses indivíduos em conjunturas que têm como denominador comum as fortes limitações impostas às possibilidades de conquistarem um trabalho mais livre de incertezas e inseguranças, fatores característicos do trabalho ambulante. Nesse sentido é possível caracterizar, a partir desses documentos, fases históricas distintas relativas à presença dos ambulantes na referida área da cidade, que serão abordadas nos seguintes tópicos: 1) Os trabalhadores ambulantes em um contexto de marginalização e exclusão social: 1970/1980; 2) A organização dos trabalhadores ambulantes em um contexto de informalização da formalidade: 1980/1990; e 3) A reorganização dos trabalhadores ambulantes em um contexto de regularização da informalidade pelo Estado: 1990/2007.

I - Os trabalhadores ambulantes da região central de Goiânia em um contexto de marginalização e exclusão social: 1970/1980

A nova ordem do capitalismo mundial no contexto da década de 1970, sob controle dos países do centro, implicou em um processo massivo de desemprego, de flexibilização e precarização do emprego assalariado, com sérias conseqüências sociais para os países em desenvolvimento. Seus efeitos sobre os trabalhadores foram, sobretudo, o crescimento da taxa de desemprego, a precarização e a flexibilização das condições de trabalho, a redução e/ou desmantelamento da produção industrial, perdas de conquistas trabalhistas, o crescimento das distâncias salariais entre ricos e pobres, além de uma situação de

empobrecimento crescente com a deterioração das condições de vida dos trabalhadores (Quijano, 2004).

A crescente presença de trabalhadores ambulantes, particularmente na década de 1970 no caso da região central de Goiânia, é sintomática de dois problemas: a restrita capacidade de absorção da força de trabalho e a questão da heterogeneidade do mercado de trabalho. A modernização limitada que caracterizou o país, esta manifesta em um processo de transformação econômica desacompanhado de mudanças mais expressivas na organização social (questão agravada pelos anos de autoritarismo), contribuiu para reproduzir e aprofundar problemas estruturais, tais como a questão agrária, a regional, a urbana e das políticas sociais. (Dedecca e Baltar, 1997: 67-68).²

Quanto a sua origem, nesse período, a maioria dos trabalhadores ambulantes era formada por indivíduos em grande parte provenientes principalmente de outras municipalidades do interior do próprio Estado de Goiás e, em número bem menor, de outros estados fronteiriços.³

Isso significa dizer que, do ponto de vista de suas origens, esses ambulantes eram, nos anos 70, sobretudo migrantes intra-estaduais que, em geral, desenvolviam “práticas” de comércio caracterizadas por formas de “re-elaboração” ou “re-apropriação” culturais constitutivas do cotidiano de trabalho, marcadas de um passado tradicional comum à grande maioria, ou seja, pelas temporalidades de um universo socioeconômico e cultural característico do mundo rural.⁴

Quanto à articulação dessas atividades desenvolvidas pelos ambulantes do centro de Goiânia com outras esferas da economia, é importante destacar que até o final dos 60 e meados dos 70 esse tipo de comércio ainda estava inserido em uma economia caracterizada por um restrito processo de integração com os principais centros urbanos do país. Devemos

² Temos, assim, no contexto dos 70, um processo de reconfiguração espacial dos grandes centros urbanos, marcado pela presença e pelo crescimento do número de indivíduos que, com dificuldades de reemprego ou de ingresso no “mercado de trabalho protegido” passam progressivamente a “re-territorializar” o espaço público ao adotarem novas estratégias de luta pela sobrevivência, como o fizeram os ambulantes da região central de Goiânia.

³ Além disso, também havia muitos familiares de trabalhadores, quando não os próprios, que foram responsáveis pela construção de Goiânia, mas que logo depois se encontram na condição de desempregados e vivendo alojados nos limites da cidade (Campos e Bernardes, 1992). Tanto os primeiros quanto os segundos, não conseguindo encontrar trabalho no “setor organizado” da economia e diante da necessidade de sobrevivência, passam então a se dedicar a diversas formas de atividades na condição de camelôs ou ambulantes.

⁴ Portanto, as histórias de vida destes trabalhadores se inseriam em uma dinâmica marcada, sobretudo, por situações de busca de refúgio na cidade de Goiânia diante das transformações no campo provocadas pela *modernização excludente* que caracteriza, em especial, a Região Centro-Oeste nesse período (Mendonça e Thomaz Júnior, 2003).

recordar que Goiânia só rompe seu isolamento definitivamente com a construção de Brasília em 1957. A partir desse momento “as redes de conexão da capital goiana solidificaram-se diante do avanço da estrada de ferro e de rodagem ligando-a à região Sudoeste do País. (Peixoto e Ferrante, 2006: 09-10). Além do mais, até o início de 1970 o centro (tradicional) de Goiânia, onde hoje estão localizados parte dos ambulantes, ainda teimava em figurar, mas já com dificuldades, como principal núcleo comercial da cidade, no qual “eletrodomésticos, bicicletas e panelas de todos os tipos estavam disponíveis em lojas de proprietários goianos, distantes da realidade das redes de hipermercados”. (Peixoto e Ferrante, 2006: 09-10).⁵

Desenvolviam predominantemente atividades de engraxates, vendedores de doces, quitandeiros, pipoqueiros, vendedores de frutas e hortaliças, fotógrafos de lambe-lambe, reparadores de panelas, relógios e guarda-chuvas, artesãos produzindo e vendendo pulseiras, colares e acessórios semelhantes. Também havia o comércio de roupas, produzidas de forma quase artesanal, diferentemente dos dias atuais, como veremos mais adiante. Assim, predominava um tipo de informalidade denominada de “tradicional” ou de “subsistência”, quase um sinônimo da pobreza, segundo Pérez Sáinz e Cordero (1994).

A partir de meados da década de 1970, a região central da cidade (centro tradicional) começa a sofrer um processo de redefinição de sua centralidade enquanto núcleo da cidade. De um lado, à medida que a população de maior poder aquisitivo deslocou-se para outros bairros e optou por viver em apartamentos, os pontos tradicionais de comércio sofreram alterações, sendo essas mais visíveis com o aparecimento do primeiro *shopping center*, o Shopping Flamboyant, em 1981. Por outro, pouco a pouco as lojas tradicionais fecharam suas portas, desocupando velhos casarões, logo transformados em imobiliárias, agências de viagem ou em comércio de artigos populares. Assim, o comércio na região central tornou-se, em um primeiro momento, mais popular, e, posteriormente, teve suas ruas ocupadas por vendedores ambulantes em um sistema de comércio informal (Peixoto e Ferrante, 2006).

⁵ Os ambulantes estavam, pois, inseridos no contexto de uma economia local em transformação, trabalhando nas ruas e avenidas de forma muito dispersa e reduzida em relação aos lojistas (comerciantes do chamado setor formal) e se concentravam nos limites geográficos do centro tradicional, especialmente na Avenida Goiás e trechos da Avenida Anhanguera, onde se localiza o centro administrativo-financeiro da cidade. Comercializavam produtos predominantemente locais e ofereciam serviços que, em geral, implicavam no domínio de técnicas quase artesanais ou artesanais. Suas atividades ainda constituíam, até o final da década de 1970, um verdadeiro problema para os comerciantes lojistas, a ponto de merecer intervenções sistemáticas do poder público.

II - A organização dos trabalhadores ambulantes em um contexto de crescimento da informalidade: 1980/1990

Um novo contexto socioeconômico e político, compreendido pelas décadas de 1980 e 1990, deve ser ressaltado quando nos propomos a falar do crescimento do número de ambulantes citadinos e migrantes presentes na região central de Goiânia.⁶ É nesse cenário que as atividades crescentemente desenvolvidas pelos ambulantes em Goiânia paulatinamente deixam de ser uma ocupação típica dos chamados “excluídos” e/ou “marginalizados” do processo de modernização da economia regional e se configura, progressivamente, como alternativa de trabalho e renda para um contingente de trabalhadores do historicamente frágil “mercado de trabalho protegido” regional. Estes passam a sofrer os efeitos da precarização, flexibilização e desemprego, característicos do então processo de transformação. Assim, merece destaque a nova dinâmica de inserção econômica da informalidade na região central da cidade, os novos produtos comercializados e os novos “entrantes” na informalidade.

2.1-A nova dinâmica de inserção econômica da informalidade da região central da cidade

No contexto dessa nova dinâmica característica percebemos uma nova dinâmica no mundo trabalho, contribuindo de forma determinante para um crescente número de “novos entrantes” na informalidade. A partir dos anos 80 foi possível verificar o crescimento do número de trabalhadores ambulantes “clandestinos” no centro tradicional da cidade, agora não mais dispersos, como até a década de 70, mas formando grandes concentrações nas principais avenidas do centro tradicional, principalmente nas avenidas Goiás, Anhanguera, Araguaia e Tocantins. Ocorreu, também, um relativo acirramento dos conflitos entre ambulantes e comerciantes lojistas e empresários do centro da cidade, particularmente a partir do final da década de 70 e década de 80, como consequência do grande aumento do

⁶ Trata-se de um período, tal como esclarece Druck (1999), no qual despontam como principais características o endividamento externo, pela elevação das taxas de juros de empréstimos internacionais, o encolhimento do mercado interno e a busca por melhores posições no mercado externo, a maior procura por trabalhadores mais qualificados, pelas novas formas de gestão do trabalho, a intensificação da introdução de novas tecnologias, mudanças tais como a flexibilização produtiva, com a consequente precarização das relações e condições de trabalho, a crise econômica e a abertura da economia nacional, o acirramento da competição entre produtos nacionais e importados, o forte crescimento do desemprego, o crescente processo de deslocalização ou externalização de atividades antes desenvolvidas no âmbito do “mercado protegido” e a crescente informalidade em todos em todos os setores da economia.

número de trabalhadores informais nessa região. O crescimento da quantidade destes ocupando as ruas do centro tradicional da cidade, não só concorrendo com os lojistas, mas também estimulando a popularização da região, reforça um processo, já iniciado em meados dos 70, de descentralização desse núcleo central da cidade.

Igualmente merecedor de nota foi o processo de redefinição do centro tradicional da cidade, para o qual participou fortemente o crescimento do número de trabalhadores excluídos do “mercado de trabalho protegido” ou que nunca conseguiram nele se inserir, que “re-territorializavam” esse espaço se “re-apropriando” dele enquanto “brecha” fundamental às suas respectivas sobrevivências. Essa dinâmica se traduzia em um cotidiano de trabalho constitutivo de uma rede subterrânea de relações de poder, em uma força “instituinte” de múltiplas e escusas formas de conexão entre fiscais da prefeitura e ambulantes “clandestinos”, que se constituíam como meios de apropriação privada do espaço público, em um crescente processo de demarcação do espaço público central de Goiânia através de regras subterrâneas de posse, alianças externas e internas visando a “regulamentação informal” das relações de trabalho e, ainda, o estabelecimento de várias formas de mediação entre trabalhadores ambulantes, principalmente os “clandestinos” ou não-regularizados, e o crime organizado.

Assim, a partir de 1990 a origem de muitos trabalhadores que assumem a condição de ambulantes ou camelôs, no centro tradicional da cidade de Goiânia, gradualmente tende a apresentar uma nova configuração. Assim observaremos, por exemplo, que cresce a presença de trabalhadores com passagem pelo setor formal entre os ambulantes da região central de Goiânia. O número de migrantes intra-estaduais diminui expressivamente diante do aumento do de intra-metropolitanos e há um crescimento da quantidade de mulheres em relação ao de homens. Além disso, o nível de escolaridade e o número de jovens, bem como o de chefes de família, também sofre um incremento.

Cabe ressaltar, igualmente, o processo de crescente inserção das atividades desses trabalhadores em uma economia progressivamente regionalizada e globalizada, bem como o fato de que o comércio praticado pelos ambulantes no centro de Goiânia tende a se tornar regionalizado à medida que sacoleiros e sacoleiras de todo o Estado de Goiás passam a nele buscar mercadorias baratas para revender em seus respectivos municípios, principalmente roupas. Mais ainda, tende a se tornar progressivamente internacionalizado/globalizado à medida que, a partir de meados da década de 1980, crescem também a quantidade de roupas e eletrônicos originários de países como China, Hong Kong e México, que chegam

ilegalmente por meio de atravessadores através de São Paulo e Paraguai. Essa dinâmica é reforçada pela crescente diversidade de produtos pirateados. Outra dinâmica característica desse cenário de mudanças diz respeito à expansão da presença dos ambulantes para áreas contíguas (centro estendido) ao centro tradicional. A partir dos anos 80 e 90 o crescimento do número de ambulantes fez com que ultrapassem as fronteiras anteriores de sua área tradicional de trabalho.⁷

2.2-Novos produtos comercializados na informalidade da região central da cidade

Em relação à perda de destaque dos produtos tradicionais, cabe destacar que os produtos predominantes comercializados na década de 70, geralmente produzidos no próprio local de trabalho/comércio ou na região limítrofe da cidade perdem sua posição de destaque para uma crescente diversidade de “novos produtos”, como roupas e acessórios. Esses últimos são constitutivos de uma “sócio-territorialidade” (Pérez-Sainz, 1998: 65), pois são geralmente produzidos a partir de novas bases tecnológicas e organizacionais combinadas com a sobreposição de tradicionais formas de exploração, garantidas pela existência de uma certa ética e cultura econômicas verificadas, por exemplo, nas relações de solidariedade e reciprocidade observadas no trabalho de costureiras em oficinas de âmbito familiar ou facções subcontratadas, que se tornaram estratégicas para um setor tão flexibilizado como o de confecção. Associado a isso se verifica o inusitado processo de ampliação do número de bancas dedicadas à comercialização de roupas, que passam à condição de principal mercadoria vendida por ambulantes.⁸ Nesse sentido, o setor de confecção passou a assumir, a partir da década de 1980, um posto de destaque na economia de Goiás.

Segundo Nunes e Campos (2006: 238), Goiânia passa a ocupar, a partir de então, “a segunda colocação, dentre as grandes cidades brasileiras, no que poderíamos chamar de taxa de ocupação relativa no ‘setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios’ e a quarta na ocupação absoluta”. Ainda segundo esses autores, o forte crescimento desse setor, por

⁷ É o caso da criação de novas feiras (Feira da Lua e do Sol), criada para tentar organizar o aumento do número de ambulantes diante da incapacidade do Estado para criar políticas públicas que procurassem atacar o desemprego de frente, até porque ele participou do crescente processo de crescimento da formalidade, atendendo a interesses da iniciativa privada e se adequando aos novos tempos enquanto “Estado mínimo”.

⁸ Cabe ressaltar que as roupas representam hoje, em geral, 51,6% dos produtos comercializados por eles na região central de Goiânia. A porcentagem é bem maior ao considerarmos os produtos para crianças e recém-nascidos, entre os quais se incluem muitos tipos de roupas, 10,2%, roupas íntimas, 4,7%, cama, mesa e banho, 1,4% (ver capítulo III da referida tese do autor, tabela 3.32)

outro lado, estimulou fortemente o aumento e a exploração do elo mais precário dessa cadeia produtiva, caracterizada pelo uso ampliado do trabalho de costureiras em oficinas de âmbito familiar ou facções subcontratadas, pelo uso intensivo do trabalho feminino (taxa superior a 80% ainda nos anos 90), estrutura heterogênea, diversidade de técnicas produtivas, predomínio de micro e pequenas empresas, competitividade e sazonalidade da produção entre empresas de portes diferentes ou ligadas a etapas distintas do processo de produção. O desenvolvimento dessa nova fase produtiva do setor de confecção pode ser entendido como um processo de modernização ou adaptação das atividades preexistentes.

Esse grande crescimento do número ambulantes e feirantes que passam a se dedicar ao comércio de roupas de baixo preço, no centro de Goiânia, a partir da década de 1980, contribui em muito para o aumento de outro tipo de trabalho informal, a “informalidade subordinada” (Pérez-Sainz, 1998: 63), que pode ser exemplificada pelo incremento do número de empresas de confecção de maior porte, com produção em larga escala, que se apropriam e incorporam novas técnicas de produção, mas mantendo, predominantemente, a etapa de montagem baseada no trabalho intensivo de costureiras que estão presentes em toda a cadeia, onde prevalecem as formas precárias de contratação ou subcontratação, ou seja, o trabalho domiciliar para as empresas de confecção (Nunes e Campos, 2006), uma das conseqüências da crescente flexibilização do processo produtivo diante de um mercado diversificado, sazonal e em crise permanente (Abreu e Sorj, 1993). De acordo com Amorim (2003), é um processo que tem como finalidade a transferência de riscos, principalmente os decorrentes de flutuações da demanda, da empresa contratante para as facções subcontratadas.

Isso contribui, também, para outra mudança observada na região central de Goiânia a partir de meados de 80, mas sobretudo a partir dos 90, a constituição daquilo que podemos denominar de uma “informalidade dinâmica” (Pérez-Sainz, 1998: 65). Formou-se uma verdadeira aglomeração de pequenas empresas, em função da concentração de ambulantes e feirantes (a maior é a Feira Hippie, que ocorre aos domingos e tem mais de sete mil feirantes cadastrados e outros incontáveis na condição de clandestinos) que semanalmente passam a oferecer seus produtos, principalmente roupas e acessórios, a sacoleiros que chegam em uma grande quantidade de ônibus fretados vindos de todo o Estado de Goiás e de outras regiões do país. Essas empresas são muito heterogêneas, uma vez que incluem tanto estabelecimentos informais quanto formais, caracterizados pela existência de uma sócio-territorialidade fundada na existência de laços estabelecidos entre esses estabelecimentos

(hotéis, pensões, estacionamentos, restaurantes, guarda-volumes etc.) e os ambulantes/feirantes e a comunidade do entorno.

Ainda sobre as mudanças observadas a partir das décadas de 80 e 90, em relação aos produtos comercializados no cotidiano de trabalho desses trabalhadores, cabe observar que grande parte dos tradicionais produtos permanecem presentes, mas há um aumento das “reapropriações” culturais (Thompson, 1998) elaboradas por eles, comercializando produtos tradicionais, mas de forma inovadora.⁹

2.3-Os trabalhadores ambulantes por escrito na grande imprensa local: 1980

Na década de 1980 se consolida uma operação de sistemática produção de uma forma de representação desqualificadora do trabalho dos ambulantes por parte da grande imprensa escrita local, uma forma de resposta à sua crescente presença, tomando conta das ruas e avenidas do centro da cidade. Verifica-se então, a produção de uma representação que tendia a analisá-los como caso de polícia que, embora não fosse novidade, tinha como feito inédito o fato de, a partir de final dos 70 e particularmente nos 80, tornar-se sistemática e articuladamente alimentada, como ocorreu nas páginas do maior jornal local, o *O Popular*. Tal operação será o objeto da breve análise que segue.

A representação dominante nesse periódico a respeito dos trabalhadores ambulantes, especialmente até o final da década de 80, está associada a um discurso de modernidade que permeou o projeto e a fundação da nova capital do Estado de Goiás, nos anos 30, pretendendo transformá-la em uma espécie de “vitrine da modernidade” no coração do cerrado. Esse discurso contribuiu decisivamente para a elaboração de uma memória na qual a nova capital passou a ser tomada como espaço de novas relações econômicas por excelência e como espaço-fronteira entre o “velho” e o “novo” na medida em que era representada hegemonicamente como um símbolo da ascensão e consolidação de novas forças políticas ligadas ao movimento afinado com os propósitos varguistas de 1930, comandado pelo médico Pedro Ludovico Teixeira.¹⁰

⁹ É o caso dos que agora oferecem não mais o abacaxi, a melancia ou a laranja preparados *in loco*, mas servidos em potes de plástico descartáveis, em forma de salada de frutas; outros transformam veículos de passeio em verdadeiras lanchonetes ambulantes. Há também os que servem a água de coco gelada transferida na hora para copos plásticos também descartáveis; os que fazem uso de cartão de crédito nas suas vendas etc.

¹⁰ Essa idéia de modernização estava permeada pelo discurso médico e urbanista, pela idéia de disciplinarização dos corpos no espaço e pelo propósito de esteticização e pasteurização de sua dimensão política. Entretanto, o ideal de produção dessa urbanidade esbarrou, sempre e crescentemente, naquilo que

Esse discurso funcionou como pano de fundo ideológico de várias “práticas discursivas” que contribuíram para relegar a uma condição social de marginalidade e/ou criminalidade um grande contingente de trabalhadores não-contemplados pelo limitado processo de assalariamento das relações de trabalho promovido por uma “modernização restrita” (Dedecca e Baltar, 1997: 67). Uma delas foi a produção periódica da grande imprensa local (*Jornal O Popular*), especialmente no final dos 70 e década de 80, quando os conflitos entre ambulantes, lojistas, empresários, fiscalização municipal e polícia militar atingem o auge.

A escolha desse veículo de comunicação para o propósito dessa breve análise da elaboração e reelaboração das representações hegemônicas da elite letrada relativas aos trabalhadores ambulantes da região central de Goiânia justifica-se, pois, em primeiro lugar, o jornal nasce praticamente com a fundação da cidade (1933) como arauto da ideologia urbanista e das novas forças políticas locais que alimentavam o discurso “mudancista”¹¹; em segundo lugar, está a afinidade deste com o celebrado discurso de Goiânia enquanto símbolo de modernidade; e, em terceiro lugar, o seu tempo de circulação, cobrindo quase toda a história da cidade. Esses são, em conjunto, alguns dos elementos que justificam a escolha desse veículo enquanto imprensa escrita local privilegiada para que possamos ter uma melhor percepção sobre o modo como o “campo de forças” políticas, econômicas, sociais e culturais no qual estão inseridos os trabalhadores ambulantes do centro da cidade de Goiânia participou no processo de elaboração de uma determinada forma de representação sobre os mesmos na década de 80.

Mais do que meras opiniões ou imagens, as representações sociais são aqui entendidas como formas de interpretação e elaboração do real, arena privilegiada onde se

durante muito tempo foi quase naturalmente considerado um obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso, ou seja, a presença de uma diversidade de formas de trabalho consideradas atrasadas ou pré-capitalistas, entre elas a dos ambulantes em questão. A forte influência da referida ideologia da modernidade nas representações, alimentadas por diversos segmentos sociais dominantes da chamada “cidade letrada”, concorreu para que esta, de um lado, se valesse da aplicação ideológica da idéia de cultura enquanto polidez e civilidade, associadas à idéia de modernidade, visando à produção do urbano, sobretudo enquanto “cenário” (Arantes, 2000) e, de outro lado, mas no mesmo sentido, usasse tal idéia de cultura para caracterizar o espaço público como espaço de coesão social e política, de harmonia social.

¹¹ “Em dezembro de 1935, Jaime Câmara funda, com Henrique Pinto Vieira, na cidade de Goiás, uma firma com a finalidade de explorar o ramo gráfico com a denominação de ‘J. Câmara & Cia.’. Em setembro de 1937, adquire a parte do sócio e transfere-se para Goiânia, estabelecendo-se como firma ‘J. Câmara & Irmãos’ [...]. Em 12 de dezembro de 1944, o Conselho Nacional de Imprensa comunica ao Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda a autorização para circulação diária do jornal [...]. Em seu início o jornal não contava com os mínimos recursos [...]. Nos primórdios o grande cliente era o poder público que exercia maior influência em face ao desenvolvimento da capital exigir uma intensa campanha publicitária. Hoje o comércio goianiense é o maior anunciador” (*Jornal O Popular*, s/d, 1978).

confrontam os valores sociais contraditórios. Assim, as representações relativas aos ambulantes do centro da cidade são alimentadas pela produção da referida imprensa escrita, posições e situações de “classe”, mediações que sugerem velhas e novas formas do “político”. Formam-se entre o “vivido” e o “concebido”, distanciando-se dos dois pólos, “são contemporâneas da constituição do sujeito, tanto na história de cada indivíduo quanto na gênese do indivíduo em escala social” (Lefebrev, 1983: 20). O mesmo autor também esclarece que:

Uma representação, em geral, é por vezes, um fato ou fenômeno da consciência, individual ou social, que acompanha, em uma sociedade determinada (e numa língua) tal palavra ou tal série de palavras e, por outro, tal objeto ou constelações de objetos. Outras vezes é uma coisa ou conjunto de coisas correspondentes à relações que estas coisas encarnam contendo-as ou velando-as (Lefebrev, 1983: 23).

Outro importante referencial teórico de tal conceito defende que as representações do mundo social, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam, ou seja, a compreensão crítica de cada discurso proferido implica na análise igualmente crítica da posição de quem os utiliza. É o que Chartier (1985: 17) quer fazer compreender quando afirma que “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para se compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta se impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.¹²

A análise da produção dessa imprensa periódica permitiu estabelecer nexos entre uma forma de representação dos ambulantes que se torna hegemônica na década de 1980, mas que se transforma a partir dos anos 1990. Como veremos posteriormente, essa transformação ocorre em um contexto de crise econômica e de emprego das décadas de 1980-1990 e um novo momento do processo de produção/reprodução do espaço urbano (meados dos 70 e década de 80) marcado pelo aprofundamento dos conflitos entre esses trabalhadores, os comerciantes lojistas e o poder público¹³.

¹² E não é por menos que tal autor declara que praticamente toda ideologia é desenvolvida a partir de três noções: “representação”, “prática” e “apropriação”. Assim, através das “práticas” de “re-apropriação” cultural, preocupa-se não apenas em desnudar os processos históricos constitutivos de sentidos, mas, também, colocar em relevo suas formas diferenciadas de consumo por um determinado grupo social

¹³ Alguns pontos fundamentais à compreensão desses nexos, embora não sejam objetos específicos da análise, são o papel constitutivo daquilo que se convencionou chamar de “informalidade” na atual lógica produtiva capitalista; a relativa tolerância por parte do poder público em relação às atividades desses trabalhadores na região central da cidade; a gradual e sempre insuficiente regulamentação de áreas determinadas para o comércio ambulante em dias e horários específicos; o empenho, não raramente

A análise dessa produção periódica, nesse período, permitiu também estabelecer articulações multifacetadas entre Goiânia enquanto “cidade pensada” pela cultura letrada, em especial pelas elites locais representadas pelo jornal *O Popular*, e “cidade praticada” pelos ambulantes da região central da cidade. Enfim, a análise de parte da produção desse periódico, na década de 80, possibilitou constatar a elaboração e a reprodução de um tipo hegemônico de representação desqualificadora das ações desses indivíduos¹⁴.

As características do cenário sócio-político e econômico da década de 1980 na cidade (crescimento populacional, da taxa de desemprego, do número de ambulantes e aprofundamento dos conflitos na região central da cidade) contribuíram de forma determinante para a veiculação sistemática de matérias jornalísticas nas quais os ambulantes desse local eram representados como “caso de polícia”.

As matérias de *O Popular*, predominante nesse período, participam em um processo de representação, relativa ao trabalho dos ambulantes no centro da cidade, na qual estes são vistos como uma continuidade do “velho” e do “atraso” oposta, portanto, ao “novo”, materializado no discurso de mudança da capital e no planejamento que norteou sua construção e, ainda, reproduzido nas décadas seguintes pelo esforço de regulamentação do espaço urbano¹⁵.

Isso significava, em outras palavras, criminalizar as atividades da grande maioria desses trabalhadores, que tiveram um aumento em seu número desde o final dos 70, mas especialmente a partir dos 80 e 90, e trabalhavam clandestinamente diante da falta de políticas públicas, especialmente por parte da Prefeitura, visando sua inclusão social. Nesse

frustrado, de conter seu número crescente na região central; o diálogo do jornal *O Popular* com outras leituras escritas da cidade, tais como as narrativas do mundo acadêmico, dos movimentos sociais organizados e do próprio Estado; a incorporação “seletiva” por parte desse veículo de comunicação de novas ideologias, que se consolidam, sobretudo, a partir dos anos 70 e 80, e as conseqüências desse processo para a relação desse órgão com o sempre crescente número de ambulantes clandestinos no centro de Goiânia; a redefinição da própria relação política do jornal *O Popular* com esses trabalhadores na medida em que se consolida seu processo de maior autonomia financeira em relação ao Estado; as novas articulações que essa imprensa estabelece com novos projetos e disputas em gestação na cidade na década de 90; o lugar da fala dos ambulantes no periódico em pauta; os principais núcleos temáticos privilegiados pelo Jornal em relação a esses trabalhadores nas décadas de 1980 e 1990; e as dimensões do “não-dito” sobre esses sujeitos e a leitura das contradições do acontecimento discursivo.

¹⁴ Já na década de 90, tal representação é reelaborada: a informalidade em geral e, em especial, as atividades dos ambulantes no centro da cidade passam progressivamente a serem tratadas como uma “questão social”.

¹⁵ Nesse sentido, uma reportagem realizada com o Secretário Interino de Ação Urbana, Luiz Pucci Filho, sobre a presença de vendedores ambulantes na Praça Tamandaré e na Avenida Anhanguera, afirma: “[...] só poderão permanecer na praça aqueles que têm o protocolo permitindo que fiquem [...]. A partir de hoje os infratores terão suas mercadorias retiradas e deverão pagar multa [...]” (Jornal *O Popular*, 9 de janeiro de 1985).

contexto, outra matéria do jornal *O Popular* (5 março de 1985) sugere a natureza delinqüente dos trabalhadores ambulantes ao narrar de forma generalizada as agressões sofridas por fiscais e policiais, ressaltando, na narrativa, a necessidade de se recorrer à polícia em face dos crescentes conflitos, agressões e ameaças entre os “clandestinos” e a fiscalização da prefeitura, sem fazer menção, em momento algum, às causas sociais dos supostos acontecimentos. Assim, constrói-se uma narrativa intolerável às ambigüidades de sentidos em relação ao processo de construção do fato¹⁶.

O Jornal *O Popular* destaca, também, em matéria publicada em 19 de julho de 1987, um protesto organizado pelos comerciantes estabelecidos representados pela Federação do Comércio, pela Associação Comercial e Industrial, pelo Sindicato do Comércio Varejista e Clube dos Diretores Lojistas, reivindicando medidas mais drásticas contra a permanência dos vendedores ambulantes no centro da cidade¹⁷. Ademais, é importante observar que em parte alguma da matéria figura a fala dos ambulantes explicando o porquê de insistirem em trabalhar nessa região da cidade. O jornal também silencia sobre a necessidade da adoção de “medidas drásticas” ou de “qualquer ação enérgica” defendidas pelos representantes dos comerciantes estabelecidos. Ainda, não incorpora opiniões divergentes para a solução do problema defendidas por outros atores sociais importantes tais como os movimentos sociais ligados à Igreja, os sindicatos vinculados aos trabalhadores em geral etc.

Esse discurso jornalístico contribui, assim, para um processo de institucionalização social dos sentidos referentes a tais trabalhadores, de modo que participa, também, em uma dinâmica de constituição do imaginário social e de cristalização de uma determinada memória, na qual eles aparecem como incômodos “resquícios” de um passado que, por isso, devem ser “expurgados”. São apresentados como algo a ser “eliminado” e não como um problema social, agravado pela crise do emprego, que se tornou parte da vida da cidade.

Em uma operação sistemática que mascara o exercício de interpretação em nome de fatos que se apresentam isentos de subjetividade e assegurando uma continuidade no modo

¹⁶ Destaquemos, pois, alguns trechos da matéria: “[...] **Estão acontecendo inclusive atentados à vida dos fiscais [...]. um cabo da PM recebeu um soco no queixo** que causou corte interno enquanto dava cobertura aos fiscais [...]. Na última sexta-feira **um cabo da Polícia Militar que estava dando segurança aos fiscais sofreu agressões físicas por parte dos vendedores ambulantes**, registrando, inclusive, a ocorrência no 1º DP”. [grifos nossos].

¹⁷ A matéria destaca: “Os comerciantes estabelecidos na Avenida Anhanguera não descartam a adoção de medidas drásticas [...]. O CDL apóia qualquer ação enérgica para remover os camelôs do centro da cidade”. Explica que a resposta imediata da Prefeitura de Goiânia à reivindicação dos comerciantes estabelecidos e empresários “[...] será a de colocar fiscais em locais estratégicos da cidade, preferidos pelos camelôs, acompanhados de policiais militares”.

como produz explicações, através da repetição, outras narrativas/matérias permitem-nos observar como são recorrentes certas idéias que fazem referência, direta ou indiretamente, aos ambulantes, tais como infratores, baderneiros, desordeiros, violentos etc. Independente das particularidades de cada matéria, elas têm uma identidade fundada na repetição dessas idéias como estratégia de produção/circulação de consensos de sentidos relativos às atividades dos ambulantes no centro da cidade.

Nesse sentido temos, além das narrativas que já foram anteriormente apresentadas, as que seguem: 1) o Jornal *O Popular* de 1 de dezembro de 1988 frisa que comerciantes estabelecidos e industriais do centro da cidade reclamaram junto à Prefeitura, exigindo a retirada de “[...] **camelôs que se instalaram na Avenida Goiás [...] provocando tumulto nas calçadas**”; 2) o Jornal *O Popular* de 12 de abril de 1989 narra o enfrentamento entre vendedores ambulantes, fiscalização municipal e Polícia Militar em uma operação de repressão a esse tipo de comércio: “[...] muita mercadoria apreendida e **um fiscal agredido** foi o saldo da operação permanente desencadeada ontem de manhã pela Secretaria de Ação Urbana com apoio da Polícia Militar, para retirar os camelôs do Centro [...]. **O funcionário da Ação Urbana, Manoel Vicente Silva, foi agredido, além de outros de sua equipe [...]**; 3) no Jornal *O Popular* de 16 de abril 1989 encontramos o seguinte enunciado: “**o problema dos camelôs no Centro de Goiânia, que ameaça se tornar incontrolável, já está obrigando a Prefeitura a passar da fase de advertência dos vendedores ambulantes à repressão direta** a esse tipo de comércio”; e 4) o Jornal *O Popular* de 12 de dezembro de 1989 noticia a presença dos trabalhadores ambulantes no Centro de Goiânia, declarados publicamente pela Prefeitura, segundo o Jornal, como “caso de polícia”, perante o qual se faz necessário o uso da repressão direta: “O secretário de Ação Urbana, Sebastião da Silveira, afirma que **os fiscais, sozinhos, são impotentes para combater o problema. ‘A Polícia Militar precisa agir com mais rigor nesta questão. Precisamos contar com a ajuda dos policiais, de forma direta’**, afirmou Silveira” [todos os grifos são nossos].

É interessante notar, também, que as matérias relativas aos ambulantes apresentadas nos anos 1980 possuem dois denominadores comuns. De um lado, esses trabalhadores tendem a ser apresentados como “caso de polícia” por exercerem uma forma de trabalho que a cidade se recusa a legitimar ou aceitar. De outro, a produção do sentido discursivo é delineada sob a forma de uma cooperação permanente, afinada e quase irrestrita entre

Prefeitura, empresários e lojistas, com forte tendência de exclusão de outros atores sociais na operação discursiva.¹⁸

III-A reorganização dos trabalhadores ambulantes na região central de Goiânia em um contexto de regularização da informalidade pelo Estado: 1990/2007

No contexto compreendido entre os anos 1990/2007 deve ser ressaltado um conjunto de quatro processos que serão brevemente analisados aqui: a regularização da informalidade articulada a um processo de diferenciação espacial das atividades dos ambulantes/feirantes na região central de Goiânia; a diferenciação tanto da demanda quanto do perfil socioeconômico e cultural dos freqüentadores; e a mudança, relativa à década de 1980, observada nas representações sobre esses trabalhadores produzidas por parte das elites locais a partir do final dos 80 e início dos 90.

3.1-Regularização da informalidade articulada à diferenciação espacial das atividades dos ambulantes na região central da cidade

No que diz respeito ao primeiro ponto, o processo de formalização/legalização das atividades dos ambulantes, articulado a um processo de diferenciação espacial de suas atividades na região central de Goiânia, é importante destacar que, a partir do início da década de 1990, consolida-se um processo de crescente e sistemática intervenção do Estado, visando regularizar o trabalho dos camelôs nesse local e, paralelamente, oferecer uma resposta paliativa frente à crescente taxa de desemprego e entrada de trabalhadores na informalidade. Nessa linha, consolida-se, a partir de então, uma política estatal que objetivava formalizar/legalizar as atividades dos ambulantes através da construção de espaços regulados, destinados a realização de suas atividades. Nesses espaços encontram-se, de um lado, as novas feiras da região central: a da Lua, a do Sol e o Mercado, além da remodelação e ampliação da Feira Hippie e, ainda, a redistribuição e maior regularização e

¹⁸ Uma explicação para representações tão alinhadas com os interesses dos representantes do poder econômico local está associada, de um lado, ao modo como se realiza a produção de sentidos na notícia dos fatos, ou seja, a partir de um jogo de influência no qual a linha política do jornal ainda era pouco influenciada por seus outros leitores. Assim, havia pouco espaço para confrontos, réplicas ou polêmicas alimentadas por opiniões relativas aos ambulantes no centro da cidade, diversas daquela defendida sutil e declaradamente por esse veículo de comunicação. Além disso, era grande a dependência financeira desse jornal, desde sua origem, aos recursos públicos e ao mercado imobiliário. Isso lhe retirou a possibilidade de uma maior autonomia editorial. Dessa forma, tal veículo de comunicação passou a figurar mais e mais como porta de entrada de privilegiados interesses privados, constituindo-se, ainda, em um importante instrumento político dos segmentos dominantes da denominada “cidade letrada”.

fiscalização das atividades dos poucos ambulantes que restaram no centro tradicional. De outro lado e, não raramente, em parceria com a iniciativa privada, consolida-se também um processo de construção de uma modalidade de espaço regulado, os camelódromos, tanto na região central da cidade, quanto em várias outras, com a finalidade de organizar e regulamentar a desordenada e crescente atividade dos vendedores ambulantes. Entretanto, estes não são objetivo dessa análise.

Com esse processo de formalização/legalização de suas atividades, os ambulantes nele incluídos (grande parte não foi incluída e continua trabalhando na clandestinidade), perderam parte de sua autonomia, já que o Estado passou a ter maior controle sobre suas atividades: espaços de trabalho geograficamente delimitados e fiscalizados, horários e dias de trabalho regulados, bancas e disposição destas padronizadas, trabalhadores sujeitos a obrigatoriedade de cadastramento (na SEDEM-GO), através da exigência de um conjunto de comprovações e a obrigatoriedade do pagamento de taxas criadas pela Prefeitura, que lhes garantiam o direito do exercício da atividade nessa nova situação¹⁹.

Entretanto, conquistaram melhores condições de trabalho devido ao fato de passarem a trabalhar como “formalizados”, o que resultava no reconhecimento do Estado em relação ao seu trabalho e ainda na expressiva diminuição dos conflitos com lojistas e demais empresários do centro. É importante destacar, ainda, que o exercício das atividades desses trabalhadores nas feiras, que aos poucos se tornam cartões postais da região central da cidade, implicou na condição de grande parte deles passarem a trabalhar de maneira “formalizada”, mas não necessariamente “legal”. Isso ocorre porque o Estado não regula e nem tem formas de controle eficazes sobre as relações de trabalho e muito menos sobre a origem dos produtos comercializados.

A ausência do poder público no sentido de garantir a qualidade do trabalho e a legalidade dos produtos comercializados também contribui decisivamente para que, paralelamente ao crescimento do número de feiras no centro e também dos referidos camelódromos, se intensificasse o desenvolvimento de redes ligadas ao comércio ilegal e às falsificações. Grande parte desses ambulantes atua como ponta de distribuição de uma produção ilegal e largamente atraente aos olhos de quem não tem emprego fixo e mesmo para quem poderia estar empregado, como é o caso do setor de confecção, que mescla

¹⁹ É importante ressaltar que um grande número de trabalhadores não foram incluídos nesse processo de formalização. De forma que o Estado continua a fazer vistas grossas diante do crescente número de ambulantes clandestinos ou não-formalizados/regularizados.

atividades de empresas formais e empresas sem nenhum registro no processo de produção.

Nesse sentido, segundo Aguiar e Ribeiro (2007: 3):

No caso de Goiânia, os informais que se encontram nas feiras, licenciadas pelo poder público municipal ou nos “camelódromos” que têm seu funcionamento refutado pelo mesmo poder, o abastecimento é feito principalmente pelo Paraguai ou por grandes redes de distribuição, localizadas basicamente em São Paulo.

É possível concluir, pois, que a consolidação do processo de formalização/legalização dessa informalidade, particularmente a partir dos 90, longe de significar a legalização das relações de trabalho e dos produtos comercializados por esses ambulantes acabou contribuindo para a ampliação de uma rede que adquire produtos no Paraguai e em São Paulo, e daquela formada pelos “sacoleiros” que freqüentam as feiras da região central da cidade, especialmente a Híppie. Isso se torna possível graças a conivência do Estado, uma vez que este não fiscaliza nem coíbe eficazmente os produtos contrabandeados e/ou produzidos de forma precária. No sentido de demonstrar como esse processo de regularização da informalidade esteve articulado a um processo de diferenciação espacial das atividades dos ambulantes na região central de Goiânia realizaremos, nas páginas seguintes, um breve histórico de intervenções urbanas por parte do poder público: ora construindo novas feiras, ora remodelando-as, ora ampliando-as.

Em primeiro lugar temos a Feira Híppie, a mais antiga delas, que tem seu início por volta dos anos 70 e se constitui em uma das mais tradicionais de Goiânia, completando 40 anos de funcionamento em 2008. Conforme Maia (1997), esta começou a funcionar em 1969, quando o Parque Mutirama era freqüentado por hippies que expunham suas peças artesanais. Depois foi transferida para a Praça Cívica, atual Praça Pedro Ludovico Teixeira, no centro tradicional da cidade, onde por muito tempo conservou as características meramente artesanais e de venda de peças de decoração. Em seguida foi novamente transferida, agora para a Avenida Goiás, onde desde o final dos 80 predomina o comércio de roupas em função do crescimento de indústrias de confecções, sobretudo as facções empregadoras de intensa e precária mão-de-obra feminina, sobre outros produtos como artesanato e acessórios eletrônicos. Foi levada, posteriormente, para a Praça do Trabalhador, próximo à Estação Rodoviária, onde se encontra desde 1994 na condição de uma das maiores feiras ao ar livre da América Latina.²⁰

²⁰ Segundo a Associação da Feira Híppie, ela contava, em 2007, com pouco mais de 9.000 (nove mil) feirantes, sendo que somente 6.500 (seis mil e quinhentos) deles têm licença da prefeitura para vender seus

A Feira Hippie não tem uma organização clara como as demais, talvez porque o enorme número de barracas e a grande quantidade de ruas a dificulte. É comum, em uma área onde predominam produtos de confecção, encontrar pontos de venda de produtos eletroeletrônicos, artesanatos e até mesmo alimentos. Suas barracas têm uma configuração bem diferente daquelas das Feiras da Lua e do Sol e do Mercado Aberto. Não existem espaços específicos para alimentos e bebidas, encontrados de forma dispersa, enquanto nessas últimas há lugares bem maiores destinados especificamente para isso. Portanto, essa configuração peculiar dificulta o entendimento da disposição de suas inúmeras bancas.

A grande quantidade, na Feira Hippie, de barracas de roupas a preços baixos graças ao histórico e crescente processo de precarização das etapas de produção do setor de confecção, somado ao fato de sua transferência em 1994 para as proximidades do Terminal Rodoviário Central, fez com que esta se tornasse procurada regularmente por pessoas das mais variadas localidades da Região Centro-Oeste e, também, por gente de toda parte do país, notadamente das regiões norte e nordeste e, ainda, da região Sudeste, especialmente do Estado de Minas Gerais, que lotam em média quarenta ônibus para comprar no atacado. Assim, percebemos que o setor de vestuário é seu ponto forte.

Dessa forma, é bastante utilizada por seus freqüentadores para a compra de produtos para revenda em suas cidades de origem. Tem, portanto, um caráter regional e, até, supra-regional. A procura por mercadorias supera em muito a busca pelos eventos culturais, que acontecem na área em frente à antiga Estação Ferroviária, englobando apresentações de grupos de capoeira e de artistas individuais.

Já o setor de artesanato, menos expressivo que o primeiro, está localizado em uma outra área da feira, em frente ao prédio histórico da antiga Estação Ferroviária. Peças feitas no tear, tachos de cobre, cerâmica, pedra sabão, crochê, licores e porcelanas pintadas à mão são apenas alguns dentre os tantos itens comercializados pelos artesãos. Além disso, junto a

produtos, ou seja, quase 3.000 (três mil) trabalham de forma clandestina. Já a SEDEM (Secretaria de Desenvolvimento Econômico Municipal de Goiânia), afirma que é de 7.285 (sete mil, duzentos e oitenta e cinco) o número de ambulantes formalizados/regularizados na mesma, ou seja, 71,1%²⁰. Cabe ainda ressaltar que essa feira funciona uma vez por semana, aos domingos, das 7h às 14h, horário oficial de funcionamento. Entretanto, em função dos sacoleiros e sacoleiras que chegam de todas as regiões do país e do interior de Goiás, muitos deles já nos sábados, é possível encontrar um grande número de ambulantes/feirantes comercializando seus produtos inclusive nas noites de sábado, enquanto a maioria se ocupa em armar suas bancas em seus respectivos pontos. Destaca-se o fato de que, ao longo da semana, é grande o número dos que trabalham em outras feiras, inclusive na região central, basta atentar para o fato de que 73% do universo de 430 entrevistados declaram ter duas bancas e/ou pontos e 19,7% declaram possuir 3 bancas e/ou pontos (Ver capítulo III da referida tese, tabela 3.24)

eles encontram-se os artistas plásticos, com belas e coloridas telas. A feira possui também um serviço de som denominado de Rádio Hippie, que presta serviços de utilidade pública anunciando desde documentos perdidos a crianças desaparecidas, além de promover sorteios e comunicar as promoções aos visitantes.

Constatou-se ainda que a transferência da Feira Hippie da Avenida Goiás para a Praça do Trabalhador acarretou notáveis transformações na Rua 44 e em seu entorno. Isso pôde ser comprovado quando os comerciantes a apontam, de forma geral, como o principal motivador do comércio. Segundo Castro (2002: 4):

A Feira Hippie promove o fluxo de consumidores, atrai comerciantes de diversos cidades do estado e do país, causando uma grande concentração de pessoas e veículos no setor. Nota-se também que a Feira Hippie possibilitou a instalação de vários pontos comerciais na rua 44 e entorno, dinamizando-os e criando condições para que fortalecesse as relações comerciais. A Feira Hippie atrai, assim, consumidores e comerciantes que reforçam a economia das agências de passagens, turismo, rodoviária e hotéis. Com o desenvolvimento comercial no setor, aumenta a especulação, o desejo de ampliação do espaço privado e da apropriação destes pelos empresários capitalistas.

Já o Mercado Aberto funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h, e aos sábados, das 8h às 13h. A partir das 19 horas e aos sábados e domingos o Mercado Aberto é destinado à realização de eventos culturais, embora atualmente não se observe planejamento e incentivo administrativo do poder municipal nesse sentido (Decreto Lei n. 1.287, de 1 julho de 2002). É um espaço de quase 10 mil metros quadrados que inicialmente abrigaria 1.012 bancas, mas que, em função da recusa de parte dos ambulantes em irem para um galpão em frente à Praça das Mães, passou a comportar 1.345 bancas (a época das pesquisa) devidamente formalizadas/regularizadas junto a SEDEM. Foi fundado em setembro de 2003 e está situado entre as ruas 68 e 74, na Avenida Paranaíba, ocupando quatro canteiros centrais desta, à direita e à esquerda da Avenida Goiás.

O tipo de mercadoria predominante é oriundo do ramo de confecções, tal como na Feira Hippie e na Feira da Lua. Mais da metade dos ambulantes aí instalados se dedica ao comércio de roupas, seguidos por aqueles que se dedicam, em bem menor número, ao comércio de calçados/bolsas, importados e moda íntima/outros (SEDEM/2004).

Trata-se de um espaço que possui toda uma infra-estrutura de funcionamento: quatro copas, oito sanitários, quatro provadores de roupa, dois sanitários para deficientes, duas guaritas de administração, uma guarita do conselho gestor, duas guaritas para policiais, dois espaços reservados à Fundec, um escritório para fretistas e duas praças de alimentação, de

acordo com o Jornal *O Popular*, além de um espaço para o programa social “Trabalhando com as Mãos”. É preciso que se acrescente aos equipamentos listados os bebedouros e telefones públicos. Também foi criada no local, sob os cuidados da Secretaria de Comunicação, uma rádio cujo nome é “Onda Livre: O Som do Mercado Aberto”. É um serviço de radiodifusão, de interesse e utilidade pública, que funciona de segunda a sábado e inclui, em sua programação, música, informação, entretenimento e prestação de serviços (Filho, 2005).

Essa feira foi construída como alternativa espacial de alocação dos trabalhadores que, em razão do processo de revitalização do centro da cidade, deveriam ser retirados das ruas e avenidas onde atuavam, principalmente as Avenidas Goiás e Anhangüera (Filho, 2005), projeto desenvolvido durante a gestão do prefeito Pedro Wilson-PT. É também a primeira tentativa planejada de se intervir efetivamente na questão do mercado informal, intervenção inserida, por sua vez, em um projeto maior de reabilitação do Centro de Goiânia através do resgate da paisagem original da Avenida Goiás (Bahia, 2008).

A Feira da Lua possui 1250 (mil duzentas e cinqüenta) bancas formalizadas/regularizadas (SEDEM-GO), além de um número de ambulantes clandestinos difícil de ser contabilizado. Acontece nas tardes e noites de sábado, na Praça Tamandaré, que é cortada pela Avenida Assis Chateaubriand. Suas barracas se localizam em volta da praça, de modo que contorná-la com o carro não é permitido.

Criada em 1992 para abrigar os expositores que não conseguiram vaga na Feira do Sol (descrita a seguir) tornou-se, em pouco tempo, a segunda maior feira de Goiânia, privilegiando o comércio de roupas para adultos, além de barracas com roupas infantis. Produtos de artesanato e outras mercadorias diversificadas são também encontrados em menor quantidade. Em razão do grande número de barracas de confecções, as atividades de convivência e lazer são deixadas em segundo plano. O espaço central da praça é muito mal iluminado, sendo pouco utilizado pelos freqüentadores. Já a área de alimentação é bem contemplada, sendo possível encontrar, ao fundo das barracas de alimentação, mesas à disposição. Isso diferencia bastante tais espaços dos corredores de compras das demais, ao tornar-se um ambiente tranquilo e aconchegante, mas também caracterizado por um constante movimento de clientes, mesmo sendo um espaço de convivência, evidenciando seu caráter comercial.

Já a Feira do Sol, realizada na Praça do Sol, em um bairro nobre da cidade, o Setor Oeste, foi idealizada em 1990 por um grupo de artistas e artesãos que pretendiam produzir

suas obras ao ar livre, permitindo que o público acompanhasse todo seu processo criativo. Funciona aos domingos, das 16h as 20h e seu funcionamento foi regulamentado em 1994 (SEPLAN, 2003). Atualmente conta com 222 (duzentas e vinte e duas) bancas ou ambulantes formalizados/regularizados, segundo a SEDEM-GO. O número de clandestinos nessa feira é relativamente pequeno. A princípio comercializavam-se basicamente doces e produtos apícolas, razão pela qual também é ainda conhecida como Feira do Mel. Porém, se diversificaram os artigos e, atualmente, há artesanato, roupas, sapatos, entre outros.

A Feira do Sol também possui uma distribuição bastante apropriada não só às atividades de comércio, mas também às complementares que lá são desenvolvidas. As barracas são dispostas nas calçadas que circundam a feira, enquanto que no espaço central encontram-se brinquedos infantis, comércio de animais domésticos e apresentações culturais. Na calçada inferior predominam as barracas de alimentos e bebidas. No lado esquerdo há a comercialização de roupas e sapatos, e, nas áreas superior e direita, se comercializam objetos de artesanato e produtos diversos.

Em relação à quinta região geográfica da amostra dessa pesquisa, que são algumas ruas do centro tradicional da capital (ruas 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 30), situadas entre as avenidas Araguaia e Tocantins e entre a Praça Cívica e a Praça do Trabalhador, não se trata, especificamente, de uma feira, mas de trabalhadores ambulantes localizados de forma dispersa e, em sua maioria, na condição de informais desde longa data, muitos desde meados dos 70. É a região que concentra menor número deles (267 ambulantes cadastrados), de acordo com Rodrigues (2008). No segundo semestre de 2007, quando da realização da pesquisa de campo, era de 148 os ambulantes cadastrados. É importante lembrar que, com a construção do Mercado Aberto, diminui muito o número desses trabalhadores nas ruas e avenidas do centro tradicional e ocorreu, também, o aumento da fiscalização.

É muito comum encontrar aqueles que, arriscadamente, oferecem aos passantes CDs e DVDs piratas. Entretanto, há um predomínio da venda de produtos alimentícios (frutas, pamonhas, bolos, café). Também é normal, nesse local, figuras populares entre os transeuntes que se dedicam a ler as mãos, consertar painéis de pressão, a medir a pressão, preparar/vender raízes (“garrafadas”) e entreter os passantes, como é o caso do “homem da cobra”.

Essa forma de intervenção do Estado via construção/remodelação/ampliação dessas feiras visou a redistribuição espacial estendida dos ambulantes na região central da cidade, como forma de tentar atenuar o crescente caos e o número de conflitos que tomavam conta

do centro tradicional. Também funcionou como uma resposta paliativa para o problema social resultante do crescente desemprego no período, utilizando-se, para tanto, dessa forma precária de inserção no mercado de trabalho como alternativa para essa mão-de-obra ociosa cooperando, ao mesmo tempo, para formas de ligação e interdependência, inclusive ilícitas, entre o “setor organizado” e o “não-organizado” da economia.

3.2-Diferenciação do perfil dos freqüentadores das feiras e ruas do centro

Quanto à diferenciação do perfil dos freqüentadores das feiras e ruas do centro, cabe destacar, preliminarmente, que esse processo está em curso desde meados dos 80, estimulado pela crise econômica de então, quando novos estratos sociais passam a buscar no comércio informal não apenas produtos baratos, mas também de qualidade e atualizados com as tendências da moda, principalmente no tocante às roupas e acessórios. Trata-se também de uma dinâmica que está articulada à anteriormente narrada diferenciação espacial das atividades dos ambulantes do centro tradicional de Goiânia.

É possível afirmar, com base em pesquisa realizada por Amaral e Rabelo (1999: 03), que as feiras, de forma geral, têm em comum o fato de “se constituírem em locais de compra, alimentação, lazer, encontro, namoro para seus freqüentadores [...] reproduzindo formas tradicionais e modernas de vida social”. Entretanto, apresentam também diferenças, nos interessando particularmente aquelas que podem apontar para um processo de diferenciação da demanda e do perfil de seus freqüentadores.

No que tange ao perfil de seus freqüentadores, o mesmo estudo (Amaral e Rabelo 1999), conclui que, em relação à distribuição por sexo, observou-se que o público feminino é superior nas três feiras consideradas, sendo que na da Lua esse público soma 80% dos entrevistados, na Hippie 72,5% e na do Sol 60%. Além disso, a maioria dos da Feira da Lua, 94,9%, e da Feira do Sol, 97,5%, reside em Goiânia ou no entorno. Quanto à Feira Hippie, 55,8% residem em Goiânia ou entorno e 44,2% em outras cidades ou regiões. Cabe esclarecer que a proximidade desta com o Terminal Rodoviário estimula seu caráter regional, bem com uma rede de pequenos negócios, em grande parte informal, de apoio, tais como hotéis de pequeno e médio porte, shoppings populares, restaurantes e lanchonetes etc.

Amaral e Rabelo (1999) ressaltam ainda que, na Feira da Lua, os entrevistados estão distribuídos em todas as categorias sociais, 52,6% moram em bairros de classe B/C ou superior e 47,4% em bairros de classe C ou inferior. A Feira do Sol apresenta dados próximos a estes, mas com um leve aumento dos residentes em bairros B/C ou superior,

58,9%, e um pequeno declínio da percentagem de moradores de bairros C ou inferior, 41,1%. Observamos ainda que, além de regional, a Feira Hippie possui uma grande quantidade de entrevistados com baixo poder aquisitivo, já que 76,1% deles moram em bairros de classe C ou inferior e somente 23,1% em bairros de classe B/C ou superior.²¹

Assim, o perfil dos freqüentadores da Feira do Sol, inclusive dada a sua localização geográfica (Setor Oeste: bairro nobre da capital), é o menos popular de todas. Segue-se a esse perfil o dos freqüentadores da Feira da Lua, na qual se observa uma participação popular mais expressiva do que a anterior, conforme dados referidos. Basta lembrar, nesse sentido, que esta é hoje a segunda maior feira de produtos de confecção na cidade, ficando atrás apenas da Feira Hippie e, por conseqüência, recebendo muitos de seus freqüentadores.

Um perfil bem diferenciado, ou seja, o mais popular de todas as feiras, é o dos freqüentadores da Feira Hippie e, dedutivamente, como explicado anteriormente, os do Mercado Aberto e ruas do centro. Contribui para isso o fato de esta ser uma feira na qual predominam os produtos do setor de confecção, vendidos a baixíssimo preços, por ser uma feira de caráter regional, ou seja, receber regularmente sacoleiros do interior do Estado de Goiás e de vários outros Estados.

Quanto à diferenciação da demanda cabe ressaltar, em conformidade com Amaral e Rabelo (1999) que na Feira do Sol prevalecem as atividades culturais e de lazer sobre as de consumo. No caso da Feira da Lua, as áreas de roupas, sapatos, artesanato e alimentação ocupam quase a totalidade do espaço, sendo pequeno o local para atividades culturais. Eventualmente, grupos musicais fazem apresentações perto das mesas de alimentação localizadas atrás das barracas especializadas. Essa falta de um lugar para convivência se dá principalmente pelo fato de não haver iluminação suficiente nos gramados centrais da Praça Tamandaré. Talvez isso tenha justamente o propósito de incentivar a compra de produtos, mostrando o caráter altamente comercial desta. Na Feira Hippie e, por comparação, no Mercado Aberto e ruas do centro, também predominam as atividades de consumo sobre as culturais e de lazer pelas razões supracitadas.

²¹ Embora não tenhamos dados sobre o perfil dos freqüentadores do Mercado e Aberto e das ruas do centro tradicional (duas “feiras” ou zonas que fazem parte desta pesquisa mas não foram objetos de análise dos autores supracitados), é possível concluir, dedutivamente, que o perfil dessas zonas de nossa pesquisa se aproxima muito do daqueles que freqüentam a Feira Hippie em função da proximidade geográfica desta com o Mercado Aberto e as ruas do centro tradicional. Além disso, de grande parte de seus ambulantes trabalha aos domingos na Feira Hippie e a maioria dos produtos vendidos por eles, tal como foi anteriormente descrito, são típicos de consumidores de bairros de “classe C ou inferior”.

3.3-Os ambulantes na imprensa a partir do final dos 80 e início dos 90: das páginas do caderno de polícia às do caderno cidade

Discorremos, por fim, sobre o que muda nas representações produzidas pela grande imprensa escrita local (*Jornal O Popular*), sobre esses trabalhadores, a partir do final dos 80 e início dos 90, em comparação à década de 1980. Desde já acrescentemos que as mudanças estão associadas à crescente organização dos ambulantes na luta pelo direito de trabalhar de forma regularizada e em condições mais dignas, à redefinição da centralidade do núcleo tradicional de Goiânia (centro tradicional) materializada no aparecimento de novos núcleos de comércio descentralizados e, portanto, contribuindo para diminuir os conflitos entre esses trabalhadores e os comerciantes lojistas, ampliação do espectro social de consumidores que passam a comprar dos feirantes, ampliando a base social de legitimação de suas atividades e ao progressivo processo de formalização/legalização dessa informalidade, promovido pelo Estado. Além disso, temos a emergência de uma nova e mais complexa heterogeneidade dessa informalidade da região central da cidade.

Em tal contexto histórico essa forma de representação foi sendo gradualmente reelaborada. Esses trabalhadores passam a figurar de uma nova forma nas páginas do jornal *O Popular*, ou seja, nesse período se processou uma mudança em sua representação hegemônica. Pouco a pouco eles deixam de figurar como objeto das páginas do “caderno de polícia”, passando a figurar no “caderno cidade”.

A nova forma escrita de perceber os ambulantes, que se configura pouco a pouco, tende a se legitimar politicamente à medida que se institucionaliza o processo de democratização a partir do final dos 80, se consolida cada vez mais o Estado burguês de direito e ganha espaço a idéia da cidade enquanto cenário privilegiado de uma esfera pública politicamente ativa. Esse contexto foi marcado, ainda, na economia goiana, por algumas transformações que devem ser ressaltadas. Em primeiro lugar, “o setor primário vem – em termos relativos – perdendo posição no que diz respeito à composição do Produto Interno Bruto para os setores industrial e de serviços, com exceção do setor agropecuário, cuja participação de Goiás superou a média Nacional” (Silva, 2002: 42-43).

Em segundo lugar, “embora o setor secundário tenha crescido no Estado, grande parte das suas indústrias são de beneficiamento e industrialização de matérias primas que são produzidas no Estado. Por este motivo, o setor primário continua tendo importância na economia goiana”. Em terceiro lugar, “a partir da maior urbanização dos investimentos, na

indústria, ocorre simultaneamente o crescimento do setor de serviços, notadamente nas áreas de comércio e comunicação, bem como energia e transportes” (Silva, 2002: 42-43).²²

Esse contexto foi caracterizado também pelo alívio das pressões diretas de determinados segmentos de classe dominante sobre os rumos editoriais do referido veículo de comunicação, abrindo caminho para sua atuação de maneira mais autônoma, ainda que sempre limitada aos interesses do mercado, e para a conquista de espaço dos cada vez mais inquietos setores populares, em especial os trabalhadores ambulantes da região central da cidade. Além disso, houve um aumento do número de meios comunicativos, que poderíamos denominar de imprensa escrita opinativa, o que sugere a constituição de um novo instrumento politizante da esfera pública, ademais de um crescimento quantitativo e da diversificação social do número de leitores, através da massificação do letramento, que implicou em mudanças do Jornal com seu redefinido público-leitor. Por último tem-se uma crescente organização dos próprios ambulantes, através da fundação de associações e sindicatos.

Essas são algumas das principais características desse novo quadro sócio-político, que se apresentou como solo histórico para as raízes de uma nova forma de representação relativa aos trabalhadores ambulantes que, cada vez mais sistematicamente, passou a tomá-los não mais como “questão de polícia”, mas como parte de uma “questão social”. Exemplos dessa nova forma, que pouco a pouco se torna cada vez mais freqüentes e até mesmo hegemônica a partir do início da década de 1990, nas páginas de *O Popular*, seguem abaixo.

Sobre a conquista por parte dos trabalhadores ambulantes de um novo canal de mediação entre suas reivindicações de relaxamento na fiscalização e a crescente posição de recusa da Prefeitura, representando comerciantes e empresários, o Jornal *O Popular* de 12 de novembro de 1989 traz a seguinte matéria:

Dezenas de vendedores ambulantes lotaram as galerias da Câmara Municipal para pedir a interferência dos vereadores junto a Secretaria de Ação Urbana para que se chegue a um acordo no sentido de regulamentar o trabalho deles nas ruas [...]. Alberico Luiz Chaves, da Associação dos Ambulantes disse que todos desejam voltar a pagar as taxas de licença e trabalhar sem serem importunados pelos fiscais. [...] Foi

²² De modo geral, Goiás obteve um grande salto em seu desenvolvimento, passando de uma economia rural para uma economia urbana moderna em pouco mais de quinze anos. Trata-se de uma alteração na estrutura produtiva com importantes conseqüências que impactaram o mercado de trabalho, tais como o aumento do fluxo migratório do campo para a cidade e uma maior concentração populacional.

pedida a interferência do presidente da Câmara, Elias Rassi Neto, junto ao Secretário da Ação Urbana para tentar uma solução para o problema.

De certo modo, é uma notícia que parece estabelecer uma linha de continuidade de produção de sentidos com a anterior, pois traduz o início de uma fase na relação entre ambulantes e Prefeitura marcada pela negociação. É o que sugere matéria do Jornal *O Popular* de 3 de julho de 1990, na qual lemos: “O Presidente da Associação dos Ambulantes do Centro Comercial Popular, Francisco dos Reis Neto, afirma que a Prefeitura está mantendo a fiscalização em ‘banho maria’, e com isso os camelôs irregulares continuam na rua”. As páginas desse Jornal enfatizam, em outra reportagem na mesma linha, a conquista e a ampliação do poder de negociação dos trabalhadores ambulantes junto a Prefeitura, ressaltando “a articulação de alguns vereadores e deputados e uma comissão de camelôs” (*O Popular*, 13 de abril de 1991)²³.

Gradualmente os ambulantes ganham uma nova visibilidade que parece ser oriunda do crescente reconhecimento, a partir dessa década, de suas atividades como um problema de ordem social²⁴. Assim, se de um lado, eles progressivamente tendem a negociar com o poder público, representados por associações e sindicatos que começam a surgir a partir de meados dos 80, organizados de forma extremamente precária, por outro trabalham no sentido de institucionalizar os conflitos.

Nesse sentido, a matéria de *O Popular* de 31 de outubro de 1990 chama a atenção do leitor para a conquista de proposta de lei que aborda o crescimento da informalidade e da presença dos vendedores ambulantes no centro tradicional de Goiânia como uma questão social, colocando em destaque a crítica ao recurso da força por parte do Poder Público:

O Legislativo goianiense vai analisar projeto da vereadora, do PC do B, Denise Carvalho, propondo a regulamentação da atividade [...]. A vereadora propõe ainda a criação de uma Comissão do Comércio Ambulante, que terá competência para a fixação de pontos de vendas e aprovar a emissão de novas licenças. A Comissão será

²³ Segundo essa matéria (Jornal *O Popular*, 13 de abril de 1991), “[...] ficou acertado com o secretário Álvaro Alves - Ação Urbana - uma reunião desses segmentos na segunda-feira, às 10 horas, na Secretaria da Ação Urbana para discutir a questão. Enquanto isso, os ambulantes concordaram em suspender sua mobilização até o resultado das negociações”.

²⁴ Até mesmo os comerciantes e empresários manifestam uma certa mudança no modo como pensam a questão dos ambulantes. Assim, em matéria de *O Popular* (23 de abril de 1991) temos o seguinte: “[...] começa a ser feito pela Associação Comercial e Industrial de Goiás – CIEG, um levantamento no sentido de detectar as empresas capazes de absorver os mais de 800 camelôs irregulares retirados do Centro”. Contudo, a mesma matéria destaca também que “[...] a entidade apóia a atitude da Prefeitura de não permitir o comércio ambulante e pretende oferecer alternativas para contratar a mão-de-obra dispensada”. De outro modo, apesar de ser contrária à presença dos ambulantes nas ruas do centro tradicional da cidade, reconhece, ainda que timidamente, a natureza social do problema.

integrada por representantes da Prefeitura de Goiânia, Câmara Municipal de Goiânia, Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Ambulantes, Associação de Comerciantes Ambulantes, Sindicato dos Arquitetos Urbanistas de Goiânia e Associação de Recuperação e Conservação do Meio Ambiente – ARCA. [...] Avereadora ressalta que a medida irá solucionar ‘um grande problema que tem se agravado dia após dia, não recebendo tratamento adequado do Poder Público, que não raras vezes tem buscado a pior solução, que é a da repressão policial’, argumenta, frisando terem sido ouvidos no processo todas as entidades dos ambulantes.²⁵

Esse novo momento de produção de sentidos sobre os ambulantes caracteriza-se por uma comunicação jornalística por parte de *O Popular* na qual é possível observar uma ênfase na “eliminação” de adjetivos que lhes eram referidos, além de uma leitura mais técnica da questão pelo poder público, tudo isso articulado à ampliação das negociações entre a Prefeitura e os representantes desses trabalhadores. Nesse sentido, é possível ler, em matéria de *O Popular* de 1 de outubro de 1995, que “a solução para o problema depende de uma política de geração de empregos e renda. A fiscalização coíbe, porém não tem força para impedir o crescimento da economia informal”, destacando que é preciso ver “o lado positivo da informalidade”, já que a “economia informal indiretamente contribui para a formal. Os informais investem sua renda auferida na economia formal. Eles também são consumidores de produtos diversos”²⁶.

Um dos resultados dessa nova percepção do poder público foi a crescente abertura para o processo de negociação, procurando conciliar os interesses conflituosos em jogo. É o caso da proposta de criação de feiras exclusivas apresentada pela Prefeitura. Tratava-se de “uma proposta relativa a criação de duas feiras em dois espaços diferentes, com os dias alternados” (Jornal *O Popular*, 20 de maio de 1993)²⁷. A matéria “cuidadosamente” chama a atenção do leitor para o fato de que:

‘Esta proposta está sendo colocada para ser debatida e **queremos achar uma solução que regularize a situação dos camelôs de forma democrática, sem traumas e violência**’, afirmou Luiz Aberto de Oliveira, secretário do Desenvolvimento Econômico Municipal (Sedem). [grifos nossos]

²⁵ Também nessa linha o Jornal *O Popular* (21 de abril de 1991) destaca: “Segundo o vereador Elias Rassi, do PSDB, é certo que as pessoas não gostam de ver as ruas da cidade tomadas pelos camelôs, assim como os comerciantes também se sentem prejudicados, já que eles arcam com uma série de encargos dos quais os ambulantes estão livres. ‘Não se pode, no entanto, negar ao camelô o direito ao trabalho, garantido a todo cidadão pela Constituição Federal’, [...]”.

²⁶ Matéria realizada com Luiz Alberto de Oliveira (Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município – SEDEM).

²⁷ “A primeira seria a utilização do calçadão da Avenida Goiás, abaixo da Avenida Paranaíba [...] Outro espaço é o calçadão da Avenida Universitária. [...] No documento, a Prefeitura propõe também a criação de dois shoppings populares” (Jornal *O Popular*, 20 de maio de 1993).

Considerações finais

É possível afirmar, a título de conclusão, que a nova forma como os ambulantes aparecem por escrito nesse veículo de comunicação se reestrutura, de certa forma, já que é crescentemente influenciada pelo novo contexto no qual gradualmente passa a influir a sua nova maneira de organização na luta pelo direito de efetivamente serem incorporados à cidade, ou seja, terem suas atividades reconhecidas e regularizadas. Além disso, essa forma de tratamento é cada vez mais afetada por um processo no qual a produção da narrativa periódica tende a ser invadida pela “cidade de novos leitores”.

Essa mudança na forma de representação dominante relativa aos trabalhadores ambulantes reflete, em grande medida, a tessitura de um novo contexto histórico no qual a Prefeitura, que pouco a pouco reconhece sua incapacidade para resolver o desemprego estrutural e exercer eficazmente o controle fiscal sobre as atividades dos camelôs, passa a tomar o crescimento do setor informal como um “mal necessário”. Isso ocorre diante do crescimento estrutural do desemprego; do crescimento do número de ambulantes, especialmente no centro da cidade; da ampliação do poder político desses trabalhadores, devido a sua organização coletiva e mobilização, traduzido na conquista de novos canais de mediação entre o cotidiano de trabalho nas ruas e os centros de poder decisório da cidade (Ministério Público, Prefeitura, Assembléia Municipal de Goiânia, etc.). Por conseguinte, essa mudança ocorre em um cenário mais favorável à negociação com o poder instituído, ou seja, com a estrutura de poder representante dos interesses privados das elites locais, aos quais sempre esteve ligado o jornal *O Popular*.

Finalmente, se por um lado, pudemos constatar uma clara ruptura no modo de representação hegemônica relativo aos trabalhadores ambulantes nas páginas de *O Popular*, problematizando sua crescente presença no centro da cidade como uma questão social, por outro não podemos deixar de ressaltar que, nessa nova forma de representação predominante, essa imprensa escrita e o poder público lançam mão progressivamente de um discurso democrático caracterizado pelo diálogo e articulado com estratégias de persuasão e cooptação das lideranças desses trabalhadores, produzindo, assim uma forma de “encenação política” que pretende celebrar a cidade moderna como a cidade politicamente limpa ou livre de “dissentimentos”

Referências

- ABREU, A.; SORJ, B. *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- AGUIAR, M. do A. A. *Expansão capitalista e incorporação de novas áreas de Goiás*. 1986. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- AMARAL, E. F. de L.; RABELO, F. C. E. (Coord.). Formas culturais e percepção social dos frequentadores de feiras de arte e alimentação de Goiânia. Goiânia: UFG/FCHF/Departamento de Ciências Sociais/LIST-Laboratório de Imagem, Som e Texto de Ciências Sociais. *Caderno de Pesquisa*, n. 2, 1999. Disponível em: <[https://webpace.utexas.edu/amaralef/www/LIST\(1999\).pdf?uniq=i3y8g2](https://webpace.utexas.edu/amaralef/www/LIST(1999).pdf?uniq=i3y8g2)>. Acesso em: 5 jan. 2008.
- AMORIM, E. R. A. *No limite da precarização? Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Sociologia, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.
- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal – a cultura nas novas gestões urbanas. In: MARICATO, H.; VAINER, C. e ARANTES, O. (Orgs.). *A cidade do pensamento Search Progress Report*. Lima: CEDEP, 1985. p. 29-37.
- CASTRO, N. de; DEDECCA, C. Flexibilidade e Precarização: tempos mais duros. In: _____. *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo/Rio de Janeiro: Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo, 1998. p. 9-19. (Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho)
- CAMPOS, F. I.; BERNARDES, G. D. Goiânia, Anos 80: um estudo etnográfico e das relações sociais de bairros periféricos. In: Encontro de Pesquisadores da UFG, 1992, Goiânia, GO. *Encontro de Pesquisadores da UFG - RESUMOS*. Goiânia: Ed. UFG, 1992. v. 1. p. 172.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.
- DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. de A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 27, número especial, p. 65-84, 1997. Disponível em: <http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon/article/viewFile/523/233>. Acesso em: 20 jan. 2008.
- DRUCK, G. Os sindicatos no limiar do século XXI. *Revista Plural, Associação dos Professores da UFSC*, Florianópolis, v. 7, n. 11, p. 11-23, set. 1999.
- FILHO, P. G. de S. *Trabalho informal em Goiânia: Projeto Mercado Aberto*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia do Trabalho) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005. Disponível em: <http://www.fchf.ufg.br/pos-sociologia/uploads/files/Pedro-Filho.pdf>. Acesso em: 17/03/2008.
- IPLAN. Instituto de Planejamento Urbano do Estado de Goiás, 2003
- LEFEBREV, H. *La presencia y la ausencia*. Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LOPES, Edmar aparecido de Barra e. *Relatório de pesquisa quantitativa sobre a informalidade na região central de Goiânia* – Nov. 2006/Mar. 2007.
- LOPES, Edmar aparecido de Barra e. As novas faces da informalidade na região central de Goiânia-Go: Os trabalhadores ambulantes em um contexto de transformação do mercado de trabalho. Tese

(Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAIA, A. G. Perfil do Desemprego no Brasil nos Anos 2000. *Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho: Política Econômica e Mercado de Trabalho - 2000/2006*, n. 6, p. 15-23, mai./ago. 2007.

MAIA, V.; MENDES, L.; MARIA, T. Ministério Público aprova Mercado Aberto da Prefeitura de Goiânia. *Jornal Opção*, Goiânia-GO, 25 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/html/temporarios/mercado/materiais.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2007.

_____. et al. *Mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: MTb/CESIT/Scritta, 1994.

MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A.. A modernização da agricultura nas áreas de cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. In: *9º Encontro de Geógrafos de América Latina*, 2003, Mérida. CD-ROM. Mérida, 2003.

NUN, J. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

NUNES, J. H.; CAMPOS, A. F. O setor de confecção em Goiânia: análise da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 237-255, jul./dez. 2006.

PEIXOTO, E. R.; FERRANTE, I. P. G. Goiânia, a cidade genérica: estudo dos *shoppings centers*, *Urbana*: Revista eletrônica do centro interdisciplinar de estudos da cidade, v. 1, p. 5, 2006. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo5.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2008.

PÉREZ-SAINZ; J. P.; CORDERO, A. Los nuevos escenarios laborales en Centroamérica: una propuesta de análisis. *Anuario de Estudios Centroamericanos*, San José, v. 20, n. 2, p. 5-14, Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1994.

_____. La nueva industrialización y el trabajo: reflexiones desde Centroamérica. *Revista Nueva Sociedad*, Caracas, v. 1, n. 158, p. 160-172, 1998.

QUIJANO, A. *Pólo marginal y mano de obra marginalizada*. Santiago de Chile: CEPAL, 1971.

QUIJANO, A. (2004). El laberinto de América Latina: ¿Hay otras salidas? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Universidad Central de Venezuela, Caracas, año/vol. 10, n. 1, p. 75-97, ene./abr. 2004.

SANTOS, N. dos. *Desenvolvimento capitalista e modificações nas relações de trabalho no campo em Goiás – 1970-1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

SEPLAN. *Economia e Desenvolvimento*, out.-dez., 2003. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/rev/revista13/capitulo%2012.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

SILVA, A. D. *Informalidade: comportamento do setor informal em Anápolis-Go (1986-2002)*. Goiânia. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2002.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna - Teoria social critica na era dos meios de comunicação de massa*. 2 ed. São Paulo: Vozes, 1998.